

RECURSO ESPECIAL Nº 1.585.963 - AL (2016/0044494-0)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : **ELEUSA ALBUQUERQUE DE SOUZA - ESPÓLIO**
REPR. POR : **DENILSON RENATO DE SOUZA - INVENTARIANTE**
ADVOGADO : **BERNARDO LEOPARDI GONCALVES BARRETO BASTOS E OUTRO(S) - AL006920**
RECORRIDO : **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**
ADVOGADO : **MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA CARVALHO E OUTRO(S) - PE011022**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. MODIFICAÇÃO DO QUANTUM DEBEATUR. APLICAÇÃO DE CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS DIVERSOS DO TÍTULO. ERRO MATERIAL. CORREÇÃO. POSSIBILIDADE. HONORÁRIOS. PRECLUSÃO. IMPROVIMENTO.

1. A utilização de critério de atualização monetária e juros moratórios diversos daqueles estabelecidos no título exequendo configura erro material que ser sanado a qualquer tempo, nos termos do art. 463, I, do CPC.
2. Impossibilidade de fixação de verba honorária fixada com base no valor apurado na prestação de contas, haja vista a sentença exequenda ter estabelecido valor determinado (R\$ 500,00), sem que o demandante tenha impugnado tal ponto por meio de apelação.
3. Tendo o magistrado revogado o despacho que determinara a intimação da demandada para fins do art. 475-J, do CPC, por entender que não se trata condenação ao pagamento de quantia certa, sem que a ora agravante se insurgisse contra a ausência de fixação de verba honorária, que havia sido requerida, forçoso o reconhecimento da preclusão quanto ao tema.
4. Agravo não provido.

A parte recorrente sustenta que o acórdão estadual é omissivo; tem direito à fixação de honorários sucumbenciais na segunda fase da ação de prestação de contas; devem ser fixados honorários advocatícios em face da resistência da devedora em efetuar o pagamento na fase de cumprimento de sentença, não havendo de se falar em preclusão desse pedido.

Superior Tribunal de Justiça

Quanto à alegada violação ao art. 535 do Código de Processo Civil, sem razão a recorrente, haja vista que enfrentadas todas as questões levantadas pela parte, porém em sentido contrário ao pretendido, o que afasta a invocada declaração de nulidade.

Relativamente aos honorários advocatícios decorrentes do julgamento da segunda fase da prestação de contas, a Corte de origem assim manifestou seu entendimento:

(...) Não merece acolhida o pedido de nova condenação 'em honorário, depois de apurado o saldo das contas de caderneta de poupança objeto da prestação de contas, uma vez que tal pretensão deveria ter sido deduzida na fase de conhecimento. Tendo o título executivo fixado a verba honorária em R\$ 500,00, deveria o demandante, caso entendesse de forma diversa, ter interposto apelação, com vistas à modificação do julgado. Não tendo havido impugnação quanto a esse ponto, não pode agora pretender a modificação do título executivo, sobre o qual se operou a coisa julgada.

Em suma, o Tribunal de origem entendeu que a coisa julgada impede a fixação de novos honorários, fundamento autônomo e suficiente que não foi impugnado nas razões do especial, de modo que a questão atrai a incidência do verbete nº 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Ainda que assim não se entendesse, a verificação da existência de coisa julgada na espécie demandaria o reexame do substrato fático-probatório valorado na origem, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.

Finalmente, não conheço do recurso no tocante ao tema da ocorrência de preclusão acerca dos honorários em cumprimento de sentença, pois o recorrente não assinalou nenhum dispositivo de lei federal que teria sido violado pelo acórdão recorrido, bem como não indicou dissídio jurisprudencial nos moldes legais e regimentais, o que faz incidir, quanto ao ponto, o enunciado 284 da Súmula do STF.

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI, Relatora